

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2022

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Produtos Saneantes, para a Secretaria Municipal de Saúde, destinados ao Controle de Vetores e Zoonoses.

EXTRATO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA AOS TERMOS DO EDITAL

De posse da **impugnação** apresentada pela empresa **NÚCLEO SAÚDE AMBIENTAL E AGROPECUÁRIA LTDA**, procedeu-se à análise das razões arguidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, ser necessária a remessa dos autos para a Assessoria Jurídica desta Prefeitura, para que o mesmo se manifestasse, no sentido de esclarecer a necessidade ou não de adequações ao Edital, levando em conta os pontos abordados pela impugnante, haja vista que, a matéria apontada na impugnação já foi objeto de decisões anteriores, as quais foram devidamente analisadas e julgadas.

Em resposta, a Assessoria Jurídica desta Prefeitura, enviou o **PARECER JURIDICO**, o qual que faz parte integrante do presente processo licitatório e assim se manifestou:

Cuida-se de pedido de **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** apresentada pela impugnante: **NÚCLEO SAÚDE AMBIENTAL E AGROPECUÁRIA LTDA**, encaminhado **tempestivamente** através de correio eletrônico "e-mail" às 19h:07m., do dia 15/12/2022, em face do **Edital nº 123/2022** da licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2022**, do Tipo "**Menor Preço por Item**", objetivando, resumidamente, o **Registro de Preços para a Aquisição de Produtos Saneantes, para a Secretaria Municipal de Saúde, destinados ao Controle de Vetores e Zoonoses.**

DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

O Presente pedido tem fundamento no Artigo 41 da Lei nº.8.666/93 e de acordo com as exigência do item 8 – DOS ESCLARECIMENTOS OU DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CNVOCATÓRIO.

DA IRRESIGNAÇÃO:

A empresa impugnante fundamenta sua irresignação ao edital, pois ,no seu entender o Julgamento apresentado é um retrocesso indevido após alteração feita em total cumprimento as exigências legais pois, para o fornecimento de produtos domissanitários com registro no Ministério da Saúde para ENTIDADES PÚBLICAS, as empresas necessitam ter a AFE – Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA para se enquadrarem perante a Lei no fornecimento de modo "ATACADISTA". Qualquer outra forma de dispensa, com foi autorizado no julgamento, a credencia somente ao fornecimento "VAREJISTA", o que não é o caso do referido processo, já que VENDAS de PESSOA JURÍDICA para PESSOA JURÍDICA são caracterizadas como VENDAS em ATACADO. Este tópico é de grande importância e necessita de atenção pois aceitar que empresas VAREJISTAS participem do processo mesmo não estando aptas ao fornecimento sob a alegação de ser evitado a restrição de participação, é uma interpretação errônea que vai contra ao estabelecido pelo Órgão Regulamentador.

Apesar da insurgência da licitante quanto a este ponto, é necessário esclarecer que a Impugnação de um edital de licitação só ocorre quando o Princípio da Igualdade é contrariado por meio de exigências de marca, domicílio do licitante e demais exigências que só visam afastar a competitividade do certame de Licitação.

Temos que a norma impugnada, não macula, nem vicia a competitividade, pois estão de acordo com a legislação vigente.

Assim, ante o exposto, diante da inexistência de violação dos princípios legais que norteiam o procedimento licitatório, manifestamos pelo não provimento da presente impugnação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, **O P I N O** pela improvimento da presente impugnação

Em face do exposto, o Pregoeiro, com o devido amparo no **parecer jurídico**, encaminhado pela Assessoria Jurídica da Prefeitura, **DECIDIU**, pelo **indeferimento da impugnação** apresentada, sendo tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie.

Proferida a presente decisão e nada mais tendo a ser analisado e julgado pelo Pregoeiro, o mesmo ordenou a publicação na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: www.bebedouro.sp.gov.br do competente extrato de julgamento, bem como, ordenou a expedição das respectivas notificações via correios eletrônicos "**e-mails**", conforme estabelecido no **item 13.5.1. do Edital** da presente licitação, à empresa requerente e às demais empresas que porventura tenham retirado o edital em referência comunicando a presente decisão.

Bebedouro, vinte de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Paulo Eduardo Martins
Pregoeiro

Consoante aos termos da decisão proferida, que adoto como fundamento, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** a r. decisão, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

Bebedouro, vinte de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Lucas Gibin Seren
Prefeito Municipal